



## PARECER JURÍDICO

Versa o presente sobre consulta formulada pelo Ilmo. Presidente da Comissão de Licitação, acerca da legalidade do Processo Administrativo nº 004/2021 – Dispensa de Licitação nº 001/2021, o qual trata da “Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção em máquinas pesadas com fornecimento de peças, sendo uma motoniveladora modelo GD 655, visando atender as necessidades da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos.

Consulente: Ilmo. Presidente da Comissão de Licitação

Atendendo à indagação formulada pelo Ilmo. Presidente da Comissão de Licitação, acerca do Processo Administrativo nº 004/2021 – Dispensa de Licitação nº 001/2021, que objetiva a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção em máquinas pesadas com fornecimento de peças, sendo uma motoniveladora modelo GD 655, visando atender as necessidades da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos, conforme a solicitação da abertura do presente processo administrativo, realizado pelo Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos, nomeado através da Portaria nº 005/2021 de 01 de janeiro de 2.021.

Inicialmente, insta consignar que o presente Parecer Jurídico possui caráter meramente opinativo, ou seja, não sobrepõe o poder discricionário do Chefe do Poder Executivo, tendo tão somente a finalidade precípua de elucidar, informar, sugerir providências a serem estabelecidas e/ou condutas a serem praticadas pela Administração Pública.

Cumprе anotar que a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 38, parágrafo único, estabelece a imprescindibilidade do parecer jurídico realizado pela assessoria jurídica ou órgão equivalente do contratante, para que este analise a legalidade do procedimento, bem como a minuta dos contratos que serão firmados entre as partes.

A contratação por parte da municipalidade, em regra, será precedida por processo licitatório, garantindo a lisura e a isonomia na disputa entre os possíveis fornecedores. Contudo, há algumas situações em que o processo licitatório será dispensável, conforme os termos do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, porém garantindo os princípios anteriormente citados.



Pois bem, analisando o processo administrativo *in tela*, se tem que a futura contratação encontra-se enquadrada na exceção prevista no artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93, o qual disciplina que:

“(…) Art. 24. É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.

A jurisprudência pátria nas cortes de contas, possuem entendimento de que as licitações dispensáveis em razão do valor, deverá comprovar a viabilidade técnica e econômica do procedimento adotado, *in verbis*:

“O Tribunal, em resposta a consulta, reafirmou que o limite estabelecido nas hipóteses de dispensa de licitação previstas no art. 24, II, da Lei 8.666/93 é taxativo, não podendo ser extrapolado pelo administrador. Em seu parecer, aprovado por unanimidade, o Conselheiro Sebastião Helvecio (...). O relator registrou, valendo-se das Consultas nº 701.201 e 702.202 (Rel. Cons. Wanderley Ávila, sessão de 09.11.05), que, acerca do tema em apreço, o Tribunal possui entendimento no sentido de que, para fins de licitação ou de sua dispensa em função do valor do objeto, deve ser considerada a totalidade dos produtos de mesma natureza a serem adquiridos ao longo de um exercício financeiro, além disso, deve ser comprovada a viabilidade técnica e econômica do procedimento e adotada a modalidade pertinente para a totalidade do objeto em licitação, observando-se as disposições dos §§ 1º e 2º do art. 23 da Lei 8.666/93”. (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Consulta nº 833.254, Rel. Cons. Sebastião Helvecio, 02.03.2011, Informativo de Jurisprudência nº 40/2011).

Pois bem, analisando o artigo 23, II, “a” da Lei nº 8.666/93, o qual define os valores para a realização de convite para compras e serviços, tem-se que através do Decreto Federal nº 9.412/2018, os valores para tal sofreram mutação, passando a ter o seguinte limite: R\$ 176.000,00.

Assim, ante à limitação para dispensa em razão do valor, ser 10% do valor estimado para o convite, tem-se que é dispensável a licitação nas contratações públicas até o valor de R\$ 17.600,00.



Passando à análise do processo administrativo que culminará na futura contratação *in tela*, temos a proposta mais vantajosa à esta municipalidade, a realizada pela empresa VAMOS COMERCIO DE MAQUINAS LINHA AMARELA LTDA., a qual apresentou proposta no valor de R\$ 10.007,78 (dez mil e sete reais e setenta e oito centavos), estando, portanto, dentro dos limites legais para a realização da contratação sem a necessidade de procedimento licitatório.


Quanto à lisura e isonomia entre possíveis fornecedores, se vê que os setores desta municipalidade atuou preservando integralmente esses princípios, uma vez que fora realizado diversos orçamentos em empresas distintas com o fim de obter a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Analisando a documentação apresentada pela proponente mais vantajosa a esta municipalidade, tem-se que a mesma possui todas as certidões negativas necessárias para firmar o contrato administrativo.

Desta feita, ante o exposto, este Procurador Jurídico signatário opina favoravelmente ao prosseguimento do Processo Administrativo nº 004/2021 – Dispensa de Licitação nº 001/2021, com a sua respectiva ratificação.

É o parecer.

Santo Antônio do Leste – MT, 26 de janeiro de 2.021.

  
**JOÃO PEDRO RAMOS DE OLIVEIRA**  
**PROCURADOR JURÍDICO**  
**OAB/MT nº 26.851/O**